



Plenário aprova MP com múltiplos incentivos fiscais

Diversos setores da economia foram contemplados, como a geração de energia elétrica, eólica e nuclear e a produção de *tablets* no país



Senadores da oposição e do governo discutiram no Plenário sobre a constitucionalidade da medida provisória

O Plenário aprovou ontem a medida provisória (MP 517/10) que dá incentivos fiscais a vários setores da economia, em especial para investimentos na geração de energia, inclusive eólica e nuclear. Os estímulos

à produção de computadores *tablets* no país e à implantação da banda larga também fazem parte do projeto aprovado, que recebeu críticas dos senadores opositores por causa da diversidade de assuntos tratados. **3**

Sem votação, duas MPs perdem a validade **3**



Francisco Dornelles, relator do projeto sobre empresa individual, entre Eunício Oliveira e Vital do Rêgo (E): estímulo aos empreendedores

Empresa individual limitada é aprovada

Projeto aprovado ontem pela CCJ pode ir à sanção, caso não haja recurso ao Plenário. **5**

Especialistas pedem metas anuais para a educação

Comissão do Senado debateu o 2º Plano Nacional de Educação (2011-2020). **8**



Jayme Campos preside sessão da CAS, que examinou diversas proposições

Aposentadoria fica mais fácil para dona de casa maior de 60

Conforme projeto de Gleisi Hoffmann aprovado pela CAS em decisão terminativa, a carência para obtenção do benefício pode cair para até 24 meses

de contribuição, se a dona de casa já tiver 60 anos. Na avaliação da relatora, Ana Rita, a medida é "absolutamente necessária". **7**

Limite à suspensão de auxílio-doença vai à Câmara **7**

Sistema Único de Assistência Social tem o apoio da CAS **6**

Emenda de até R\$ 500 mil pode ter liberação simplificada **4**

Plenário vota mudança na suplência de senador **5**



Cristovam Buarque, entre os participantes do debate na Comissão de Educação: avaliação sobre resultados do 1º PNE ainda não está pronta

Famílias em dificuldade e sem-teto são os alvos principais do projeto lançado ontem pela diretora-geral, Doris Peixoto, em parceria com outros órgãos da casa. Ela confia no "histórico de solidariedade" dos servidores

Senado lança campanha do agasalho para socorrer moradores de rua

A DIRETORIA-GERAL DO Senado lançou ontem a Campanha do Agasalho – doação que aquece o corpo e a alma, projeto destinado a ajudar a população mais pobre e moradores de rua que sofrem com o frio intenso nesta época do ano.

A campanha será realizada anualmente, durante o mês de junho, e receberá cobertores e agasalhos que serão doados para 20 entidades beneficentes. Diversos pontos de arrecadação estão distribuídos dentro e fora das dependências do Senado Federal.

De acordo com a diretora-geral, Doris Peixoto, os servidores do Senado possuem um histórico de comprometimento com campanhas de solidariedade e a pretensão é de que toda a comunidade da Casa possa aderir à iniciativa.

– Essa é uma realização do projeto Senado Solidário e tem como objetivo agregar todas as ações sociais que ocorrem isola-



Doris Peixoto, durante o lançamento da campanha, ontem de manhã: "O frio desperta nas pessoas o sentimento de ajuda"

damente, para que tenhamos um calendário da solidariedade reunindo todas as campanhas. O frio desperta nas pessoas o sentimento de ajuda – disse a diretora.

A campanha do agasalho

do Senado é uma parceria da Diretoria-Geral com a Secretaria de Relações Públicas, Instituto Legislativo Brasileiro, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, Secretaria Especial de Comunicação Social, Interlegis,

Coordenação de Transportes, Secretaria de Assistência Médica e Social, Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União e também com os gabinetes parlamentares.

Angolanos buscam intercâmbio com Congresso

Para conhecer o funcionamento do Congresso Nacional e reforçar a cooperação com os parlamentares brasileiros, uma delegação de deputados angolanos esteve ontem com o presidente do Senado, José Sarney. Na visita de quatro dias ao Brasil, a delegação angolana tem participado de reuniões com parlamentares e acompanhado palestras sobre o controle externo dos atos do Poder Executivo.

– É um intercâmbio que visa colher experiências sobre trabalhos que têm relação com a implementação do modelo presidencialista, que só agora Angola adotou após a aprovação, em fevereiro do ano passado, da [nova] Constituição – explicou o chefe da delegação, deputado Sérgio Luther Joaquim, que



Deputado Sérgio Luther Joaquim, com o presidente José Sarney

integra o Grupo Parlamentar do Movimento pela Libertação de Angola (MPLA).

Em vigor desde 5 de fevereiro de 2010, a Constituição angolana prevê o reforço do poder do presidente e define que o líder do partido majoritário na casa legislativa será,

automaticamente, o chefe de Estado.

Os mecanismos de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo pelo Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas da União, foram citados pelo deputado como experiência positiva do Congresso brasileiro.



Os senadores Magno Malta (PR-ES) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) participaram ontem à tarde de uma manifestação em frente ao Congresso Nacional contra o projeto (PLC 122/06) que criminaliza a homofobia. O protesto foi organizado por religiosos ligados a diversas igrejas evangélicas e contou com o apoio de senadores e deputados da Bancada da Família. Lideranças católicas

da Pastoral da Família e da Renovação Carismática, ONGs de serviço social e grupos universitários também participaram do evento. Caravanas de outros estados, como Rio, Goiás, Bahia e Maranhão, marcaram presença. Segundo Crivella, a manifestação reuniu cerca de 80 mil pessoas. No cálculo da Polícia Militar do Distrito Federal, havia entre 15 mil e 20 mil pessoas.

Boletim médico informa que Itamar passa bem

Boletim médico divulgado às 15h de ontem informa que o senador Itamar Franco (PPS-MG) tolera bem o tratamento de quimioterapia a que vem sendo submetido para tratar de uma leucemia, câncer que atinge as células brancas do sangue. Ainda segundo o boletim, até o momento, a equipe médica não considera a possibilidade de um transplante de medula.

O senador, de 80 anos, está internado desde 21 de maio no Centro de Oncologia e Hematologia do Hospital Albert Einstein, em São Paulo. A doença foi descoberta quando Itamar fazia exames de sangue em razão de uma forte gripe. O parlamentar solicitou licença pelo período de 30 dias.

Desde a internação de Itamar, esse é o segundo boletim – assinado pelos médicos Nelson Hamerschlak, responsável pelo tratamento, e Miguel Cendoroglo Neto, diretor-superintendente do hospital. As informações sobre o quadro do senador deverão ser atualizadas semanalmente.

CPI DO TRÁFICO DE PESSOAS RECEBE DENÚNCIAS

Com tecnologia da associação Safernet, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do tráfico de pessoas criou uma página na internet para receber denúncias sobre sites que atraíam pessoas com o objetivo de explorá-las. As

denúncias terão garantia de anonimato e podem ser feitas pelo endereço <http://migre.me/4HvAE>. As informações recebidas serão encaminhadas à Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos da Safernet.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Tramitação de medidas provisórias

14h Na pauta, quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição que altera a tramitação de medidas provisórias.

Presidência Brasil sem Miséria

11h O senador José Sarney participa do lançamento do Plano de Superação da Extrema Pobreza – Brasil sem miséria, no Palácio do Planalto. Às 16h, preside a ordem do dia.

CRA Propostas de debates

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária examina, entre outros itens, requerimentos para realização de audiências públicas com objetivo de debater a situação de pequenos e médios produtores de biodiesel e a política da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para fertilizantes agrícolas.

CDH Política nacional antidrogas

9h Requerimento para realização de audiência pública com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para que ele exponha as diretrizes da política nacional sobre drogas, consta da pauta da Comissão de Direitos Humanos.

CI Diretoria da Anac

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura analisa, entre outros itens, a indicação de Marcelo Pacheco dos Guimarães para diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

CRE Novos embaixadores

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina, entre outras matérias, mensagens do Executivo com indicações de embaixadores na Suécia, Indonésia, Zimbábue, Vaticano e, cumulativamente, Malta.

Rio+20 Alimentos e sustentabilidade

18h "Alimento: como produzir para atender as necessidades" é o tema de debate promovido pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao



Senadores de oposição e da base governista travam embate em Plenário: sessão passa da meia-noite e duas MPs perdem a validade

PSOL deve entrar no Supremo contra medida provisória

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) anunciou que o seu partido pretende entrar com ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal contra a Medida Provisória 517/10, aprovada ontem pelo Plenário.

Ele questionou os quatro primeiros artigos da MP, que tratam da redução a zero do Imposto de Renda incidente nos rendimentos de títulos privados se o comprador residir no exterior.

Para os investidores pessoas físicas residentes no Brasil, a MP também reduz a zero o IR na fonte no caso de debêntures emitidas pelas sociedades de propósito específico (SPE), criadas para tocar projetos da área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva ligada a pesquisa, desenvolvimento e inovação, temas considerados prioritários pelo Poder Executivo.

Na opinião de Randolfe Rodrigues, os quatro dispositivos ferem o inciso 2º do artigo 150 da Constituição federal.

– Em seu artigo 150, a Constituição veda à União, aos estados e aos municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes “que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos”. Essa MP é claramente inconstitucional, é uma aberração – afirmou.

Aprovados incentivos fiscais a vários setores da economia

MP é acatada apesar das críticas à diversidade de temas nela tratados e ao mérito de itens como incentivos à produção de energia nuclear e à venda de *modems* de banda larga

FOI APROVADA ONTEM medida provisória que concede incentivos fiscais a vários setores da economia e que recebeu duras críticas devido à diversidade de temas tratados nos seus 56 artigos. Senadores questionaram o mérito de vários dos itens da MP 517/10, aprovada na forma do Projeto de Lei de Conversão 13/10, com 43 votos a favor, 17 contra e 3 abstenções.

A defesa da medida foi feita apenas pelo seu relator, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR). Segundo o senador, “é uma matéria extremamente importante, que trata de diversos assuntos tributários e assuntos que dizem respeito à ação do governo, inclusive o programa Luz para Todos”.

Dois artigos da MP instituem o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear). Por essas regras, as empresas habilitadas poderão adquirir, no mercado interno ou por importação, máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos novos ou material de construção para utilização ou incorporação nas obras de infraestrutura para geração de energia, sem o pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Importação (II). O benefício vale até 31 de dezembro de 2015 e o governo calcula que a renúncia tributária com esse regime será de R\$ 589 milhões.

O incentivo à produção de energia nuclear foi criticado pela oposição, que considerou a medida do governo um passo na

“contramão do mundo”, depois do acidente nuclear provocado pelo terremoto no Japão.

A proposição também prorroga até 30 de dezembro deste ano o prazo para a entrada em funcionamento das empresas geradoras de energia eólica, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

Gás natural

Na Câmara, a proposta original enviada pelo Executivo, que tinha 20 artigos, recebeu outros 36, incluídos pelo relator, deputado João Carlos Bacelar (PR-BA). Entre as novidades, estão a redução a zero das alíquotas do PIS-Pasep e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para venda de gás natural canalizado produzido pelas usinas participantes do Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT); e o perdão das dívidas relativas a esses tributos para fornecedores e distribuidores de gás natural.

Outro benefício tributário estabelecido na proposição reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo de *modems*. Essa medida tem por objetivo aumentar a oferta de acesso à banda larga no país até 2014.

O incentivo foi considerado prejudicial ao Amazonas, uma vez que estende a outros estados benefícios fiscais antes concedidos apenas à Zona Franca de Manaus. A preocupação dos senadores da região é de

que as indústrias migrem de Manaus para a região Sudeste. A oposição rechaçou a medida e os senadores governistas Vanessa Grazzotin (PCdoB-AM) e Eduardo Braga (PMDB-AM) chegaram a apoiar a votação em separado desse artigo, mas o destaque foi rejeitado por maioria em Plenário.

Quinze dos artigos incluídos na Câmara tratam de regulamentar o uso de precatórios obtidos em ações contra a União para compensar dívidas com a Receita Federal.

O texto aprovado pelo Senado ainda concede prazo até 31 de dezembro de 2011 para que as instituições privadas de ensino superior quitem seus débitos com a Fazenda federal e possam continuar a se beneficiar dos incentivos do Programa Universidade para Todos (Prouni). A MP trata também da permissão para bancos liquidados pagarem dívidas com o Banco Central usando títulos de créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e da concessão de isenção do Imposto de Renda na fonte no caso de pagamentos a empresas estrangeiras pelo *leasing* de aeronaves ou de seus motores.

Outros itens da MP determinam a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e a prorrogação, até 2015, da isenção do adicional ao frete para a renovação da Marinha Mercante, concedida atualmente aos empreendimentos que implantarem ou se modernizarem na Amazônia e no Nordeste.

Oposição alonga sessão e duas MPs expiram

Em protesto contra o que considera abusos do governo na edição de medidas provisórias, a oposição estendeu a sessão deliberativa do Senado de ontem até a madrugada de hoje e provocou a perda da validade de duas MPs: a que criava a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (MP 520/10) e a que aumentava o valor da bolsa paga aos médicos-residentes (MP 521/10), as últimas medidas editadas pelo ex-presidente Lula.

À meia-noite, a senadora Marta Suplicy (PT-SP), na Presidência, encerrou a sessão, depois de intenso debate sobre a MP 520/10, iniciado com o pedido de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para que a relatora, Gleisi Hoffmann (PT-PR), respondesse naquele momento a seus questionamentos. Marta negou e informou que Gleisi falaria ao final de todo o debate.

A presidente continuou, então, a cortar a palavra de todos após cinco minutos de discurso, o que também irritou a oposição. Parlamentares do PSDB, DEM e PSOL a acusaram de desrespeitar o Regimento Interno por não permitir a discussão de requerimentos nem conceder os chamados “pela ordem”. Após tentativa de acordo do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), pediu desculpas à população pelo “triste espetáculo”. Marinor Brito (PSOL-PA), Mário Couto (PSDB-PA), Aécio Neves (PSDB-MG) e Demóstenes Torres (DEM-GO) também lamentaram.

Sarney volta a defender aprovação da PEC que muda rito das MPs

O presidente do Senado, José Sarney, voltou a defender a aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC 11/11) que altera a tramitação das medidas provisórias. Segundo o senador, as MPs são a “dor de cabeça” do Congresso.

– Nós ainda não conseguimos uma aspirina para que pudéssemos diminuir essa dor de cabeça das MPs – afirmou.

Apresentada em março pelo presidente do Senado, a PEC 11/11 foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania (CCJ). O texto final foi elaborado pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG).

Ao comentar as mudanças feitas por Aécio, como a criação de uma comissão mista encarregada da análise prévia de admissibilidade das MPs que

chegarem ao Congresso, Sarney salientou que o ponto mais importante continua sendo a necessidade de determinar o prazo de exame das propostas no Senado.

– A PEC que eu propus resolve o problema da tramitação

dentro do Senado – declarou.

Para Sarney, as “MPs são um problema que o Brasil um dia vai ter que resolver, porque sem elas parece que é impossível que o governo possa fluir, mas com elas é impossível que a democracia se aprofunde”.

Presidente do banco diz na CMO que é importante simplificar liberação dos recursos para obras do Orçamento contempladas pelos parlamentares

Caixa pode desburocratizar emenda até R\$ 500 mil

A CAIXA ECONÔMICA Federal defende a simplificação da rotina de acompanhamento das emendas parlamentares destinadas a projetos de até R\$ 500 mil – 85% dos 52 mil contratos do banco com estados e municípios –, disse ontem o presidente do banco, Jorge Hereda, em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Hereda foi convidado para falar sobre a operacionalidade do Decreto 7.468/11, que mantém a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009.

Para ele, a simplificação, além de agilizar a transferência de recursos, serviria para combater o excesso de burocracia, uma das principais críticas das prefeituras em relação ao banco. O ciclo nas operações de repasse de uma emenda costuma durar de três a quatro anos, sendo que a metade desse tempo é consumida na preparação do projeto, sem considerar eventuais questionamentos que podem atrasar mais o andamento da obra.

Burocracia

Jorge Hereda disse que a simplificação no processo também possibilitará a correção de certas “irrationalidades” que mobilizam milhares de técnicos da instituição. Segundo ele, o banco gasta hoje R\$ 22 mil



Jorge Hereda (C) apresenta argumentos na CMO, observado pelo senador Vital do Rêgo, presidente da comissão (D)

Ann Volpe/Senado Federal

para acompanhar o processo burocrático de liberação de uma emenda de R\$ 100 mil.

O presidente da Caixa acha que não se pode abrir mão do controle dos recursos, mas considera que esse processo não pode ser confundido com uma “burocracia exagerada” que acaba por dificultar a atuação do banco, cujas operações estão presentes em 5.494 dos 5.562 municípios brasileiros.

Jorge Hereda explicou que,

das 22.144 operações dos exercícios financeiros de 2007 e 2008, no valor de R\$ 8,3 bilhões, cerca de 20.808 (93,9%) tiveram os restos a pagar prorrogados. Grande parte desses projetos diz respeito à construção de praças, escolas e pavimentação urbana.

Em relação aos restos a pagar do exercício de 2009, que totalizaram 12.206 contratos, cerca de 4.721 já tiveram as obras iniciadas. A Caixa aguarda

o envio dos demais projetos e licenças ambientais para os próximos dias, de forma a cumprir o prazo previsto no decreto presidencial, que se esgota no dia 30 de junho.

A rotina simplificada em discussão no banco prevê o aporte de recursos no início da obra (50%), aportes programados de 30% e 20% e liberações financeiras segundo a apresentação dos boletins de medição dos empreendimentos. A aferição

seria feita em três vistorias (50%, 80% e no final da obra), e o acompanhamento do projeto passaria a ser feito por meta, e não mais por serviço.

Vários ministérios

Jorge Hereda explicou que a simplificação dos procedimentos encontra-se em debate no Ministério das Cidades e no Ministério do Turismo, em proposta formulada com a participação da Casa Civil, da Secretaria de Relações Institucionais, do Ministério do Planejamento, do Ministério da Fazenda e da Controladoria-Geral da União (CGU).

O presidente da Caixa Econômica Federal também garantiu que a demora no repasse dos recursos aos municípios não se dá por má vontade da instituição financeira, mas por uma série de exigências previstas em lei e nos regulamentos dos órgãos públicos de controle e fiscalização.

Entre as regras que disciplinam as transferências voluntárias, Jorge Hereda citou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a Lei de Responsabilidade Fiscal, instruções normativas da Secretaria do Tesouro Nacional, além de decretos, portarias interministeriais e regulamentações específicas de cada órgão gestor.



Senador defende Zona Franca

Waldemir Barreto/Senado Federal

Vanessa quer manter indústrias em Manaus

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) pediu ao governo que assegure a manutenção da competitividade da indústria de informática de Manaus. Ela afirmou que a MP 517/10, aprovada ontem, estende benefícios dados ao Amazonas a outros estados.

Com a medida, disse a senadora, é provável que as indústrias migrem para o Sudeste, causando desemprego e prejuízos ao Polo de Produção de Manaus.

Vanessa informou que os parlamentares amazonenses reuniram-se ontem com o governador Omar Aziz e com o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, para tratar do assunto.



Vanessa relata reunião com ministro



Para senador, decisão favorece mercado

Waldemir Barreto/Senado Federal

Petecão aplaude a volta de fuso horário do Acre

Sérgio Petecão (PMN-AC) destacou a aprovação, por três comissões da Casa, do projeto que restabelece o fuso horário do Acre. A hora local havia sido modificada por lei, mas a alteração foi rejeitada em referendo pela população.

O senador negou que o resultado do referendo tenha sido manipulado por “políticos inescrupulosos” que querem o atraso do Acre. Segundo ele, essa hipótese seria impossível, tendo em vista que o PT, que atualmente governa o Acre, “tem 99,9% da imprensa na mão e a oposição não tinha condição de manipular resultado”.



Petecão nega manipulação em referendo

Lin de Paula/Senado Federal

CCJ vota convocação de Palocci na quarta-feira

Dois requerimentos que tratam da convocação do ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, serão votados na próxima quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Os requerimentos foram apresentados por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Alvaro Dias (PSDB-PR). Eles querem que Palocci esclareça como aumentou seu patrimônio em 20 vezes nos quatro anos em que foi deputado federal (de 2006 a 2010).

Conforme Eunício Oliveira (PMDB-CE), presidente da CCJ, a comissão votará ainda requerimento de Demóstenes Torres (DEM-GO) para ouvir o presidente da Caixa, Jorge Hereda, sobre episódio da quebra de sigilo do caseiro Francenildo Costa.

Peluso debate limites de recursos a tribunais

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, debate na CCJ, na próxima terça-feira, a proposta de emenda à Constituição (PEC 15/11) que reduz as possibilidades de apresentação de recursos aos tribunais superiores.

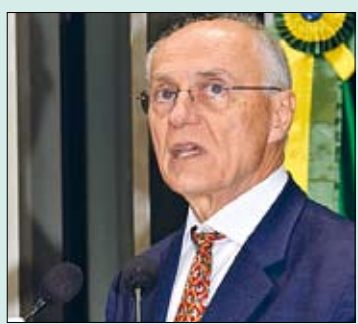
Apresentada pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), a PEC propõe acabar com o recurso extraordinário e o recurso especial e substituí-los por ações rescisórias. O objetivo é reduzir o tempo de tramitação de processos judiciais. Peluso tem manifestado apoio à proposta.

Para o presidente do STF, a PEC aumenta a importância das decisões dos tribunais estaduais de Justiça, contribuindo para que ações judiciais tenham solução mais rápida.

João Pedro critica incentivos à produção de tablets

João Pedro (PT-AM) manifestou preocupação com a medida provisória (MP 534/11) que permite a redução e a isenção de impostos para a produção de tablets. Ele acredita que, da forma como está, o texto pode prejudicar a Zona Franca de Manaus, já que as empresas podem passar a instalar suas fábricas em outras regiões. João Pedro destacou que a Zona Franca de Manaus emprega diretamente 117 mil trabalhadores e gera 600 mil empregos indiretos.

– Não podemos desorganizar a produção industrial e provocar milhares de desempregos na região – disse.



Suplicy afirma que a medida deverá beneficiar 16,2 milhões de brasileiros

Waldemir Barreto/Senado Federal

Suplicy: inclusão produtiva é destaque em plano

Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ao Plenário que a inclusão produtiva é o ponto central do plano Brasil Sem Miséria, que será apresentado hoje pela presidente Dilma Rousseff.

Citando autoridades governamentais, o senador disse que o plano não é uma obra fechada e completa e deve incorpo-

rar propostas e sugestões apresentadas pelos representantes patronais e pelos movimentos sociais e de trabalhadores. O público alvo do plano são os 16,2 milhões de brasileiros extremamente pobres.

Suplicy lembrou que o programa Bolsa Família começou atendendo 3,5 milhões

de famílias em dezembro de 2003 e hoje atinge mais de 13 milhões.

O senador ainda comemorou os 70 anos do cantor americano Bob Dylan, transcorridos no último dia 24. Ele leu em Plenário uma tradução de trechos da canção *Blowin' in the Wind*, gravada em 1963.

Nova fórmula para suplente de senador vai a Plenário

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37/11, de iniciativa da Comissão de Reforma Política, que prevê apenas um suplente de senador, em vez de dois, foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e vai agora à discussão em Plenário.

O texto também proíbe a eleição de suplente que seja cônjuge ou parente do titular por consanguinidade, adoção ou afinidade, até o segundo grau.

Os senadores que assinam a PEC reconhecem que hoje "há pouca transparência, tanto no processo de escolha como na

divulgação das candidaturas dos suplentes".

Conforme a proposta, relatada por Luiz Henrique (PMDB-SC), a convocação do suplente terá caráter temporário. Quando ocorrer o afastamento definitivo do titular, seu suplente exercerá o cargo somente até a posse de novo senador, que será eleito conforme novas regras.

Se faltarem mais de 120 dias para as próximas eleições, sejam elas municipais ou federais e estaduais, o novo senador será eleito nesse mesmo pleito; se faltarem 120 dias ou menos para as próximas eleições, o novo senador será eleito na eleição seguinte.



Relatada por Luiz Henrique (C), PEC prevê apenas um suplente de senador

Candidaturas avulsas rejeitadas pela comissão

A possibilidade de candidatos sem filiação partidária disputarem eleições para prefeito e vereador foi rejeitada ontem pela CCJ. A proposta de candidaturas avulsas (PEC 41/11) foi apresentada pela Comissão de Reforma Política e recebeu voto contrário do relator, senador Demóstenes Torres (DEM-GO).

Para o relator, a possibilidade de candidatura avulsa "vai em sentido contrário" ao fortalecimento dos partidos, um dos objetivos da reforma política em curso no Congresso, e reforçaria "inadequadas e perniciosas tendências personalistas", as quais "estimulam a ilusão de soluções aventureiras e, muitas vezes, autoritárias".

O senador Pedro Taques (PDT-MT) foi o único a defender a aprovação da PEC.

Transferência de domicílio será votada na quarta

Prefeitos e vice-prefeitos poderão ficar impedidos de transferir seu domicílio eleitoral enquanto estiverem no exercício do mandato. A medida consta do PLS 265/11, que deverá ser votado pela CCJ na próxima quarta-feira.

Os senadores da Comissão de Reforma Política, que assinam a proposta, explicam que a mudança de domicílio tem sido usada por prefeitos em segundo mandato para tentar um terceiro consecutivo em outro município.

Pela Constituição, a reeleição é permitida para um único mandato consecutivo. Já a Lei das Eleições (Lei 9.504/97) exige domicílio um ano antes do pleito. A legislação atual, portanto, deixa brecha para que um prefeito exerça mandatos consecutivos em municípios diferentes.

Lídice defende mais mulheres na política

Ao registrar a realização, na última sexta-feira, em Salvador, de audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça sobre a reforma política, Lídice da Mata (PSB-BA) defendeu a mobilização popular em torno de uma proposta que permita o aumento da participação da mulher.

A senadora lamentou a redução da representação das mulheres da Bahia no Congresso, que caiu de quatro deputadas para uma, além dela própria no Senado, e defendeu o financiamento público de campanha.

– Uma das questões conside-



Segundo Lídice, caiu representação das mulheres da Bahia no Congresso

radas essenciais pelo movimento de mulheres no Brasil é o financiamento público de campanha, para que nós possamos fazer com que aqueles que não têm hoje o financiamento das grandes empresas, do grande empresário, possam ter condições de sonhar em participar do poder político e realizar esse sonho de representação popular.

Proposta permite ao pequeno empreendedor atuar como sócio único e sem colocar em risco seu patrimônio pessoal. Se não houver recurso, projeto vai à sanção presidencial



Francisco Dornelles, entre Marta Suplicy e Aécio Neves, diz que proposta "antilaranja" dará segurança jurídica a empreendedor

CCJ aprova a criação de empresa individual limitada

PROJETO DA CÂMARA que cria a empresa individual de responsabilidade limitada foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa (se não houver recurso, deve ir à sanção presidencial). Essa nova modalidade de pessoa jurídica permite ao pequeno empreendedor explorar atividade empresarial individualmente, sem colocar em risco seus bens particulares.

Segundo o relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), a atual responsabilização ilimitada do empresário torna seu patrimônio pessoal sujeito à cobertura de obrigações relacionadas a sua atividade econômica. Isso afeta sua disposição em correr riscos, argumentou em seguida, levando-o a obter menos

empréstimos, realizar menos investimentos, contratar menos empregados e exigir maior remuneração para o seu capital, o que encarece o produto colocado no mercado.

A proposta (PLC 18/11), do deputado Marcos Montes (DEM-MG), altera o Código Civil (Lei 10.406/02) para incluir a empresa individual de responsabilidade limitada entre as entidades de direito privado.

A nova modalidade de empresa será constituída por somente um titular e apenas o patrimônio da empresa constituirá seu capital social, correspondente, no mínimo, a cem vezes o valor do salário mínimo em vigor no país.

Conforme o projeto, somente o patrimônio social da empresa

responderá pelas suas dívidas, não se confundindo com o patrimônio pessoal de seu titular. Para o relator, a proposta deveria ser conhecida como "antilaranja", por dar segurança jurídica a empreendedores individuais, que hoje são obrigados a registrar "sócios fictícios" apenas para cumprir exigências legais.

O senador José Pimentel (PT-CE) ressaltou que a medida irá retirar da informalidade inúmeros empreendedores individuais. A nova modalidade de pessoa jurídica, aprovada por unanimidade, também foi elogiada pelos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Demóstenes Torres (DEM-GO), Jorge Viana (PT-AC) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

CCT endurece regras para análise de concessões

A partir da próxima reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), nenhuma nova proposta de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para funcionamento de rádio ou TV terá como relator um senador do mesmo estado em que será feita a prestação do serviço.

A determinação está em ato aprovado ontem pela CCT. Segundo o presidente da comissão e autor do Ato 1/11, Eduardo Braga (PMDB-AM), a intenção é assegurar imparcialidade e impessoalidade dos julgamentos.

– Existem casos registrados nesta Casa e também na Câmara

de como uma animosidade ou amizade política pode influenciar para que esses processos acelerem ou retardem – explicou.

Para o relator, Pedro Taques (PDT-MT), embora simples, a medida é de "suma importância", principalmente porque os meios de comunicação muitas vezes têm sido usados como instrumentos de "coação e chantagem".

– Existem casos de utilização desses veículos inclusive pelo crime organizado, para lavagem de dinheiro. Temos que estar atentos para o fato de que são serviços públicos. Portanto, não se trata de uma atividade econômica qualquer – alertou.

A determinação vale apenas para os novos processos. Os que já foram entregues aos senadores, mesmo que sejam do mesmo estado das concessões, não serão redistribuídos.

Eduardo Braga também informou que recebeu, na terça-feira, do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, uma minuta de proposta de mudança do Decreto 52.795/63, que regulamenta os serviços de radiodifusão, para tornar mais rigorosos os processos de concessão de rádio e TV.

Segundo o senador, trata-se de uma proposta informal, mas a minuta vai ao encontro das conclusões do grupo de trabalho criado pela própria CCT para aprimorar o processo de concessão de serviços de radiodifusão no Brasil e evitar que as empresas de rádio e TV possam ser entregues a "laranjas" (sócios falsos) ou entidades-fantasma.

A CCT aprovou ainda a realização de debate sobre o projeto de reforma do Código Florestal Brasileiro. Entre os convidados, estão os ministros da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante; do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi.



Eduardo Braga, presidente da CCT, é o autor da proposta: garantia de imparcialidade

Elevador poderá ter janela de ventilação

O projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que determina a colocação de janela de ventilação em elevadores de edifícios privados destinados a uso coletivo foi aprovado ontem pela CAS, em decisão terminativa. A janela deverá contar com um mecanismo interno que permita sua abertura em casos de emergência e sistema de proteção que impeça a saída de pessoas.

A proposta original (PLS 467/09) foi modificada pelo relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), que acrescentou esse item de segurança na norma (Lei 10.098/00) que regula a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. A lei já impõe três exigências para a instalação de elevadores em edifícios privados: acesso direto e livre entre os apartamentos e áreas externas e de uso comum; percurso acessível entre o prédio, dependências e serviços anexos de uso comum, edifícios vizinhos e a via pública; e uso de elevador com cabine e porta acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Ao explicar sua proposta, Crivella observou que é comum a parada de um elevador por defeito técnico ou falta de energia "causar intranquilidade às pessoas que se encontram em seu interior". A instalação de uma janela de ventilação amenizará a sensação de aprisionamento dos usuários e manterá um clima de tranquilidade, afirmou.



Janela vai evitar sensação de aprisionamento, defende Crivella

Novo modelo de atendimento e proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice se inspira no SUS. Coordenação do trabalho será feita pelo governo federal e custos serão compartilhados com estados e municípios

CAS aprova e envia ao Plenário criação do Sistema Único de Assistência Social

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto do governo que institui o Sistema Único de Assistência Social (Suas). Pelo texto, o país passará a contar com formato de prestação de assistência social descentralizado e com gestão compartilhada entre governo federal, estados e municípios, com participação de seus respectivos conselhos de assistência social e ainda das entidades e organizações sociais públicas e privadas que prestam serviços nessa área.

A coordenação nacional do sistema será feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social, mas o custeio das ações será dividido em partes iguais pela união, estados e municípios. O projeto (PLC 189/10), relatado pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), deverá ser votado em regime de urgência pelo Plenário, a pedido dos membros da CAS.

A matéria já foi aprovada em duas outras comissões – Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde foi relatada pela senadora Ana Rita (PT-ES), e Assuntos Econômicos



Lúcia Vânia, relatora na CAS: requerimento para votação urgente no Plenário

(CAE), onde o relator foi Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O projeto, aprovado na Câmara dos Deputados no fim de 2010, altera a Lei 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social – Loas).

Proteção à família

Pelo texto, o objetivo do Suas

é garantir proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. Quanto ao formato da assistência, o projeto se inspira no modelo do Sistema Único de Saúde (SUS), com atendimento e organização dos serviços em bases regionais (abrangência municipal, estado-

al ou regional). Essa é uma modelagem defendida por organizações sociais e profissionais da área de assistência social.

Como destacou Lúcia Vânia, grande parte das alterações constantes no texto tem por finalidade incluir na legislação iniciativas já em funcionamento, reguladas por normas administrativas que "não lhes garantem continuidade e regularidade". O projeto institucionaliza ainda a exigência de controle social, monitoramento e também a avaliação das políticas da assistência social.

Pelo substitutivo que veio da Câmara, as transferências de recursos federais para o desenvolvimento de ações pelos estados e municípios deveriam ser feitas de maneira "automática e obrigatória". A senadora incluiu emenda que já havia sido acolhida na CAE, a partir de sugestão do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), que suprime do texto a palavra "obrigatória". O ajuste é considerado apenas uma emenda de redação, o que dispensa o retorno do projeto à Câmara.

Educação, saúde e assistência: inadimplência não motiva cortes

As ações nas áreas de educação, saúde e assistência social poderão ser preservadas de cortes, mesmo quando prefeituras e governos estaduais responsáveis por elas estejam enquadrados como inadimplentes junto ao governo federal, por atraso no pagamento de dívidas e outras obrigações. A proposta (PLS 31/09), do então senador Sérgio Zambiasi, foi aprovada ontem pela CAS.

– O projeto é mais um exemplo de como o Parlamento pode modificar normais legais vigentes para proteger a população de medidas administrativas perniciosas – disse o relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Para o senador, não é razoável que o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), instituído pela Lei 10.522/02, seja mais restritivo que a pró-

pria Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Conforme observou, essa última norma (Lei Complementar 101/00) isenta as ações de educação, saúde e assistência das sanções de suspensão das transferências voluntárias.

A proposta, que também suspende as sanções no caso de inadimplências que são registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), recebeu ainda emenda sugerida pelo relator que amplia o alcance.

De acordo com a emenda, os débitos junto ao INSS também deixam de ser considerados como motivo para suspensão das transferências voluntárias a estados e municípios.

A matéria seguirá agora para a CAE, onde deverá receber decisão terminativa.

FHC será chamado para debater descriminalização das drogas

O sociólogo e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso será convidado a discutir a descriminalização do uso de drogas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Apresentado pela senadora Ana Amélia (PP-RS), o requerimento de convite foi aprovado pela comissão ontem. Por sugestão do senador Cícero Lucena (PSDB-PB), o deputado Paulo Teixeira (PT-SP) também será chamado para o debate.

Assim como Fernando Henrique, o deputado vem se destacando pela defesa de nova estratégia de combate aos entorpecentes. A ideia é retirar da esfera penal o usuário de qualquer droga, descriminalizando o uso e a posse e, assim, esvaziar o poder econômico do tráfico. Em relação à maconha, a ideia é regulamentar o consumo.

Fernando Henrique é o apresentador do documentário

Quebrando o Tabu, que começa a ser exibido nos cinemas nesta semana. No filme, ele e os ex-presidentes dos Estados Unidos Bill Clinton e Jimmy Carter, da Colômbia César Gaviria, e do México Ernesto Zedillo reconhecem que falharam em suas políticas de combate às drogas.

FHC também integra a Comissão Global de Políticas sobre Drogas. A entidade, que reúne figuras notáveis de 15 países, lançará hoje relatório propondo a nova estratégia de enfrentamento das drogas, que será entregue à Organização das Nações Unidas (ONU).

A senadora Ana Amélia fez questão de lembrar que também quer a presença de Fernando Henrique Cardoso na Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro*
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
 Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marta Suplicy • Cícero Lucena

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137

Prça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Paim defende benefícios para trabalhadores

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem uma série de alterações na legislação para garantir benefícios salariais ou na aposentadoria de algumas classes de trabalhadores, entre elas a dos professores especializados, que orientam os demais professores, mas não podem desfrutar da aposentadoria especial.

Para isso, o senador disse que apresentará proposta de emenda à Constituição (PEC), pois hoje a lei só prevê esse benefício para o professor que comprova exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Paulo Paim também defendeu a concessão de adicional de 30% sobre o salário dos vigilantes a título de insalubridade, conforme prevê o texto de três projetos em tramitação.



Paim quer aposentadoria especial para os professores especializados

Wellington alerta para malefícios do tabagismo

Ao lembrar o Dia Mundial Sem Tabaco, celebrado em 31 de maio, Wellington Dias (PT-PI) fez um alerta sobre as várias doenças causadas pelo uso do fumo. Citando dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca), o senador lembrou que o fumo é causa de mais de 50 doenças diferentes, destacando-se as cardiovasculares, o câncer e as moléstias respiratórias obstrutivas crônicas.

As estatísticas, disse o senador, demonstram que têm relação com o tabagismo 45% das mortes por infarto do miocárdio; 85% dos óbitos por enfisema pulmonar; 25% das vítimas fatais de derrames e 30% das de câncer, além de 90% dos casos de câncer do pulmão.

Wellington Dias defendeu ainda a aprovação de dois projetos do ex-senador Tião Viana que propõem restrições ao fumo, elevando a carga tributária e vedando seu consumo em recinto coletivo, privado ou público.



Wellington defende aprovação de projetos do ex-senador Tião Viana



Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa, entre outros itens, projeto que torna obrigatório exame médico pericial para suspensão de pagamento do auxílio-doença

Proposta reduz exigência para aposentadoria de dona de casa

Conforme projeto aprovado pela CAS, carência para concessão do benefício a dona de casa com menor renda poderá cair para até 24 meses, se ela já tiver 60 anos de idade

PROJETO DA SENADORA Gleisi Hoffmann (PT-PR) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve encurtar o tempo necessário para a aposentadoria de donas de casa pertencentes a famílias de baixa renda e que se encontrem na faixa etária mais elevada. Além de contar com alíquotas diferenciadas, um direito constitucional já regulamentado, elas poderão se beneficiar de carências inferiores às aplicadas para os demais segurados do regime geral. Como a decisão da CAS foi terminativa, o projeto seguirá logo para a Câmara, se não for apresentado recurso para votação pelo Plenário.

Atualmente, a dona de casa de menor renda pode se aposentar por idade, aos 60 anos, se houver contribuído pelo menos por 15 anos (180 meses). Pelo projeto (PLS 81/11), a carência poderá cair para até 24 meses se a segurada já tiver 60 anos ou no momento que atingir essa idade, entre 2011 e 2014. A partir de 2015, haverá aumento gradual até o mínimo atual de 180 meses, para quem completar 60 anos a partir de 2027.

A proposta estabelece que o benefício será concedido à segurada que já tiver atingido os requisitos, mesmo que a contribuição tenha



Presidida pelo senador Jayme Campos, a Comissão de Assuntos Sociais examinou ontem várias proposições

sido feita de forma descontínua ao longo do período anterior ao pedido da aposentadoria.

Dificuldades

Gleisi Hoffmann explica na justificativa da proposta que a Lei Complementar 123/06, que garantiu ao grupo uma alíquota de 11%, em vez do valor normal de 20%, sobre o limite mínimo do salário-contribuição, não estipulou período de carência inferior aos que vigoram para os demais segurados, como definido na Emenda Constitucional 47. Desse

modo, ela observa que, na prática, as donas de casa que hoje já estão com idade suficiente para se aposentar, ou que estejam se aproximando dos 60 anos, enfrentam ou enfrentarão dificuldades para obter o benefício – já que devem ter contribuído por, pelo menos, 180 meses.

Na avaliação da relatora, Ana Rita (PT-ES), o tratamento favorecido às donas de casa de baixa renda dentro do regime previdenciário é uma medida compensatória “absolutamente necessária”.

Benefício precoce para garimpeiros

Os garimpeiros empregados e contribuintes individuais da Previdência Social terão contagem extra do tempo de contribuição para fins de aposentadoria por idade. A CAS aprovou ontem a concessão desse benefício, em decisão terminativa (se não houver recurso para votação no Plenário, a matéria segue direto para a Câmara dos Deputados).

O projeto de lei do Senado (PLS 34/10) do ex-senador Gilberto Goellner muda a Lei 8.213/91, referente aos planos de benefícios da Previdência Social. Em termos concretos, trata-se de um acréscimo de três meses a cada ano de contribuição dos garimpeiros, vantagem sugerida para estimular a inclusão desses trabalhadores no sistema previdenciário. Essa forma vale, inclusive, para diminuir o período de carência para gozo da aposentadoria.

Favorável à matéria, o relator Eduardo Braga (PMDB-AM) considerou o pleito “apropriado e justo” e chamou a atenção para as condições inóspitas e insalubres em que a garimpagem é exercida, ameaçando a saúde desse trabalhador.

Garantia para idoso prestador de serviço

A CAS aprovou a extensão de medidas de proteção a idosos contratados como prestadores de serviço. Antes, a proteção era assegurada apenas às relações de emprego. Assim, empresas do setor que estabelecerem limites etários ou quaisquer outras formas de discriminação na contratação desses trabalhadores serão punidas com multa administrativa correspondente ao dobro da remuneração paga, elevada em 50% em caso de reincidência. A decisão teve caráter terminativo.

A garantia contra arbitrariedades na contratação de idosos para prestação de serviços foi determinada em projeto (PLS 314/07) da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Em relação ao valor da multa administrativa, a proposta estipulava um cálculo padrão para todas as empresas, equivalente a dez vezes o valor da remuneração paga. Uma taxa diferenciada foi introduzida pelo relator, Sérgio Petecão (PMN-AC), que recomendou a aprovação por entender que a proteção contra atos discriminatórios deve ser estendida a todos os trabalhadores.

Projeto proíbe suspensão de auxílio-doença

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) poderá ser obrigado a realizar perícia médica antes de suspender o pagamento de auxílio-doença concedido a segurado sob licença médica. A medida é prevista em projeto de Paulo Paim (PT-RS) aprovado pela CAS, em decisão terminativa. Se não houver recurso para análise em Plenário, o texto vai à Câmara.

A matéria (PLS 89/10) impede o INSS de continuar aplicando a chamada “alta programada”, pela qual o próprio órgão fixa o prazo em que o segurado deve retornar ao trabalho. Para isso, leva em conta tempo que considera suficiente para a recuperação, a partir de prognóstico da perícia médica anterior. De acordo com Paim, essa conduta muitas vezes leva ao cancelamento do benefício quando o segurado ainda não se recuperou plenamente.

– É o computador que dá a alta e isso é inadmissível.

No projeto, ele disse que os mais prejudicados são os segurados que se encontram em situação de maior risco social: os mais pobres e com nível de instrução menor.

O relator, senador Eduardo Amorim (PSC-SE), considera que as normas do auxílio-doença são muito rígidas.

Serviços de segurança podem ser regulados

As atividades de chaveiros e profissionais que vendem e instalam equipamentos ou sistemas de segurança poderão ser regulamentadas em lei, conforme projeto aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais. Para o autor, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), a medida permitirá maior controle desses serviços e instrumentos destinados ao acesso ao interior de veículos e residências.

De acordo com o projeto (PLS 660/07), são requisitos mínimos para o exercício da profissão de técnico em sistema de segurança ter pelo menos 18 anos de idade; ser habilitado por curso profissional específico; e comprovar idoneidade, com apresentação de certidões fornecidas pelos órgãos competentes atestando que não responde a inquérito policial ou a processo criminal.

Os técnicos em segurança deverão afixar em seus estabelecimentos comprovante de cadastramento. Também precisarão apresentar ao cliente documento de identificação funcional, no caso de atividades externas.



Requião lê relatório: meio quilo de pneu velho para cada quilo de pneu novo

Comissão aprova contrapartida ambiental para venda de pneus

Novas exigências ambientais como contrapartida para a comercialização de pneus novos importados ou fabricados no país foram aprovadas ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O relator, Roberto Requião (PMDB-PR), fez modificações no projeto (PLS 581/09) do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Requião lembrou que o Congresso Nacional vem discutindo, desde 1995, meios de prevenir a degradação ambiental causada pelo descarte inadequado de pneus.

No caso de importação, o substitutivo condiciona a liberação aduaneira à comprovação, por órgão ambiental federal, de que o importador destinou, de forma ambientalmente adequada, meio

quilo de pneu usado inservível para cada quilo de pneu novo importado.

A mesma exigência vale para o caso de pneus novos fabricados no Brasil e vendidos no mercado nacional, cujos fabricantes deverão a contrapartida ao órgão ambiental federal, em até 90 dias após a emissão das notas fiscais de venda.

Decidiu-se, ainda, pela liberação dessa obrigação ambiental para os pneus exportados; pela possibilidade de transferência dos créditos ambientais auferidos com a coleta e a destinação final de pneus inservíveis de uma empresa para outra; e pelo cancelamento de multas lavradas pelo Ibama contra empresas importadoras e fabricantes de pneus no Brasil.

Anibal defende equilíbrio no Código Florestal



Anibal Diniz

Para o senador Anibal Diniz (PT-AC), na análise do novo Código Florestal, o Senado deve buscar o equilíbrio para definir proposta que contemple tanto as necessidades de ampliar a produção agrícola – para atender à demanda interna e de exportação – como a manutenção da sustentabilidade e a proteção das florestas, mananciais hídricos e biomas.

Anibal afirmou ainda que a ideia de proteção ao meio ambiente não é nova nem “invenção de ambientalista” e vem desde os tempos do Império, quando havia regras para a extração de madeira.

Davim lê texto em que Terra reclama da devastação



Paulo Davim

Paulo Davim (PV-RN) comemorou a Semana do Meio Ambiente com a leitura do texto “O manifesto da Terra”, publicado no livro *Os veleiros do infinito*, do escritor e biólogo potiguar Iveraldo Guimarães. O Dia Mundial do Meio Ambiente será comemorado no próximo domingo.

Narrado pela Terra na primeira pessoa, o texto diz: “Hoje acordei aborrecida, com os olhos lacrimejantes de tanta fumaça (...). Percorri com estes olhos ardidos os lagos, rios e mares; e os vi mais sujos (...). Eu os culpo por boa parte desses transtornos”.

Rejeitado serviço alternativo para médicos na Amazônia

O projeto (PLS 192/09) do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), que propunha a realização do serviço militar ou do serviço alternativo de médicos, farmacêuticos ou dentistas na Amazônia Legal, preferencialmente em municípios com menos de 200 mil habitantes, foi rejeitado pela CAS. Alguns senadores reconheceram o mérito do projeto, mas entenderam não ser essa a solução adequada para a falta de assistência à saúde em certas regiões brasileiras.

Apesar de admitir a existência de municípios sem nenhum médico sequer, a relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), comentou que as Forças Armadas já têm colocado à disposição barcos-assistência, que circulam pelas margens dos rios prestando atendimento à saúde da população.

A CAS também instalou grupo de trabalho para estudar estímulos fiscais à doação de recursos a instituições de combate ao câncer.

Em defesa de sua sugestão, professor lembra, em debate na CE, que o Brasil forma 30 mil engenheiros por ano, contra 80 mil na Coreia do Sul e 400 mil na China

Especialista pede adoção de metas mais curtas no 2º PNE

O 2º PLANO Nacional de Educação (PNE), que vai vigorar de 2011 a 2020, deveria ter metas anuais ou bianuais, e não apenas para toda a década, como consta do projeto do governo que está sendo analisado pela Câmara dos Deputados. A sugestão foi feita ontem pelo professor Mozart Neves Ramos, representante do movimento Todos pela Educação na quarta audiência pública sobre o PNE, promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O tema da audiência foi “O ensino fundamental, a educação integral e a educação de jovens e adultos”.

– Não adianta termos apenas metas para 2020, pois até hoje o Ministério da Educação não fez uma avaliação do primeiro Plano

Nacional de Educação. Não podemos deixar tudo para o final – recomendou Mozart, lembrando que, segundo reportagem do jornal *Folha de S.Paulo*, apenas um terço das metas do atual PNE foram cumpridas.

O professor recorreu ao exemplo da Matemática para demonstrar as dificuldades ainda enfrentadas pela educação básica. De 1999 a 2009, mencionou, a porcentagem de alunos que aprenderam o que era adequado ao final do quinto ano pulou de 14,4% para 32,5%. Entretanto, ao final do ensino médio, o percentual de aprendizagem caiu de 11,9% para 11%. O baixo rendimento na disciplina, alertou, terá impacto no número de engenheiros

a serem formados pelo país. Atualmente, comparou, o Brasil forma 30 mil engenheiros por ano, contra 80 mil na Coreia do Sul e 400 mil na China.

O representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, professor Carlos Eduardo Sanches, também defendeu a adoção de metas intermediárias. Uma das emendas que o movimento sugere ao projeto do segundo PNE determina que a oferta de escolas em tempo integral alcance 30% das escolas públicas até o quinto ano de vigência do plano e chegue a 50% no último ano. Para alcançar metas como essa, prosseguiu, os recursos para a educação não deveriam ser 7% do PIB, como quer o governo, mas sim 10%.



Carlos Sanches (E), Timothy Ireland, Cristovam Buarque, Mozart Ramos, Carmen Gatto e Maria Cecília Motta debatem PNE

Educação em tempo integral e de jovens e adultos

Um exemplo de sucesso em educação integral foi apresentado na audiência pela secretária municipal de Educação de Campo Grande, Maria Cecília Amendola da Motta. A partir de 2009, relatou, começaram a funcionar na cidade duas escolas em tempo integral com proposta curricular diferenciada e oito horas diárias de atividades. Nessas escolas, segundo ela, existe um trabalho interdisciplinar e as crianças são estimuladas a pensar e pesquisar a partir de questões apresentadas pelos professores.

– Queremos fazer com que a criança seja autora de suas ideias. Antes do espaço físico,

pensamos na proposta pedagógica da escola – disse Cecília.

Ao abordar o tema da educação para jovens e adultos (EJA), o professor Timothy Denis Ireland, representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), registrou queda do número de alunos matriculados em 2009, o que considerou “preocupante”. E defendeu a profissionalização dos professores de jovens e adultos, uma vez que poucos possuem formação específica para lidar com esses alunos. Por sua vez, a coordenadora-geral de EJA do Ministério da Educação, Carmen Isabel Gatto, lembrou que 17%

dos jovens entre 15 e 17 anos estão fora da escola.

A senadora Marinor Brito (PSOL-PA), que sugeriu a realização da audiência, criticou o governo federal por não haver, até hoje, apresentado um balanço do primeiro PNE e previu que as metas do segundo plano dificilmente poderão ser concretizadas com o investimento em educação de apenas 7% do PIB. Ao lembrar que sempre defendeu a implantação de escolas de tempo integral, o senador Cyro Miranda (PSDB-GO) pediu atenção para o risco de apenas se prolongar a permanência das crianças na escola, sem uma nova proposta pedagógica.

Malta elogia Dilma e Haddad no caso do kit anti-homofobia

Magno Malta (PR-ES) classificou como “feliz” a reunião que manteve com o ministro da Educação, Fernando Haddad, para tratar da suspensão da distribuição do kit anti-homofobia nas escolas. Malta disse que a reunião foi acompanhada pela Frente Parlamentar da Família, que reúne senadores e deputados.

O senador elogiou o entendimento do ministro e da presidente Dilma Rousseff sobre o kit e disse que o governo deveria fazer uma campanha de

respeito às minorias, incluindo os homossexuais.

Ele também falou da manifestação realizada em frente ao Congresso, em que líderes evangélicos fizeram “a defesa da família” e protestaram contra o projeto que criminaliza a homofobia (PLS 122/06).

O parlamentar criticou ainda o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso por defender a legalização da maconha e elogiou as pessoas que nunca fumaram cigarros e também as que conseguiram deixar o fumo.



Magno Malta critica FHC por defender legalização da maconha

– É uma droga legal, mas é tão desgraçada quanto as ilegais – afirmou o senador.